ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

A IMPORTANCIA DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL PARA A ADVOCACIA

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Jeferson Dos Santos
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Carine Silva Diniz
Felipe De Almeida Campos
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O avanço tecnológico nas últimas décadas tem transformado profundamente as relações sociais, econômicas e jurídicas, e motivado o surgimento de novas tecnologias, como por exemplo a inteligência artificial (IA).
A inteligência artificial (IA) tem modificado diversos setores da sociedade contemporânea, e o campo jurídico não é exceção. Na advocacia, a IA surge como uma ferramenta inovadora que amplia a capacidade de atuação dos profissionais, oferecendo maior agilidade, precisão e eficiência na gestão de processos, análise de dados e tomada de decisões estratégicas.
Uma das maiores contribuições desta tecnologia para a advocacia é a automação de tarefas repetitivas e burocráticas. Atividades como a análise de contratos, a busca de jurisprudências e a elaboração de peças processuais podem ser realizadas de maneira mais rápida por sistemas inteligentes. Isso permite que advogados dediquem mais tempo a atividades complexas e criativas, como a formulação de estratégias jurídicas.

Objetivo

O presente resumo tem por objetivo analisar a relevância da inteligência Artificial na modernização da prática jurídica, destacando seus benefícios, desafios e impactos na atuação dos advogados, além de investigar como esta nova tecnologia está moldando o futuro da advocacia, redefinindo competência, funções e a dinâmica do trabalho jurídico.

Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar a importância da inteligência artificial (IA) no futuro da advocacia.
Foram utilizadas como principais fontes: obras de autores especializados em Direito e Tecnologia, estudos de tendências profissionais, além de documentos normativos como diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o uso de IA no Judiciário. A seleção dos materiais seguiu critérios de atualidade, relevância acadêmica e contribuição direta para o entendimento das transformações na prática jurídica decorrentes do uso da IA.

A análise dos dados foi realizada por meio de interpretação crítica do conteúdo, buscando identificar os principais benefícios, desafios éticos e perspectivas futuras para a profissão jurídica diante do avanço das tecnologias de automação e inteligência artificial.

Resultados e Discussão

Softwares de IA são capazes de analisar milhares de decisões judiciais, leis, doutrinas e regulamentos em questão de segundos, oferecendo insights que seriam inviáveis manualmente. Ao automatizar tarefas e acelerar processos, a IA contribui para a redução de custos operacionais. Além disso, a melhoria da eficiência interna pode resultar em serviços jurídicos mais acessíveis para clientes, democratizando o acesso à justiça.
Sistemas de suporte à decisão jurídica oferecem análises que ajudam a prever riscos, avaliar alternativas e construir melhores argumentos, promovendo atuações mais estratégicas.
O uso da IA na advocacia levanta questões éticas importantes. A confidencialidade dos dados, a responsabilidade por erros cometidos por sistemas automatizados e o risco de decisões enviesadas são preocupações que precisam ser cuidadosamente gerenciadas. A tendência é que a IA não substitua advogados, mas transforme o perfil do profissional do direito.

Conclusão

Portanto, a inteligência artificial representa uma evolução significativa na prática jurídica, trazendo ganhos de produtividade, qualidade e inovação. Contudo, sua implementação exige responsabilidade e um olhar atento às questões éticas e sociais envolvidas. A advocacia do futuro será, cada vez mais, uma advocacia tecnologicamente assistida, na qual a inteligência humana e a inteligência artificial trabalharão em conjunto para promover a justiça.

Referências

Remolina Angarita, Nelson.
Inteligência Artificial e Direito: Aspectos Jurídicos e Regulatórios da IA.
Editora Revista dos Tribunais, 2020.
Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Diretrizes de Uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário.
CNJ, 2020.
Oliveira, T. E. A. de. (2024). O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICAL NA ADVOCACIA PÚBLICA. Revista Políticas Públicas & Cidades, 13(2), e1137. https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-216-2024